

# PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS TRABALHADORES INFORMAIS DO SHOPPING POPULAR DA REGIÃO CENTRAL DE CUIABÁ EM 2013<sup>1</sup>.

*Socio Economic Profile of Informal Workers of Popular Shopping Center Region in Cuiabá, 2013.*

Amanda Lopes<sup>2</sup>  
Anderson Nunes de C. Vieira<sup>3</sup>  
Daniel Thomaz G. N. Maciel<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente estudo busca traçar o perfil sócio econômico dos trabalhadores do shopping popular da região central de Cuiabá no ano de 2013, cujo principal objetivo consiste em responder quais as características destes profissionais (camelôs) no município. Tal modalidade de trabalho fortaleceu-se na década de 1980 e início dos anos 90, estimulada pela elevação dos índices inflacionários e instabilidade econômica, geradoras de altos índices de desemprego. O trabalho fundamenta-se no entendimento de que o cenário da informalidade é prejudicial tanto para aqueles que nele trabalham quanto para o Estado, que deixa de arrecadar impostos. Acredita-se então que antes da elaboração de qualquer política cuja finalidade seja resolver a questão, é fundamental que exista, por parte dos gestores públicos informações sobre os trabalhadores que constituem o setor e quais suas perspectivas. Desse modo, é possível que se desenvolva programas capazes de solucionar o problema com maior efetividade. Para isso foram aplicados questionários com os profissionais a fim de identificar o perfil dos mesmos.

**Palavras-Chave:** Camelôs, Perfil Socioeconômico, Cuiabá.

**ABSTRACT:** This study seeks to trace the socio-economic profile of workers in the popular shopping area of central Cuiabá in 2013, whose main objective is to meet the characteristics of these professionals (camelôs) in the municipality. This type of work was strengthened in the 1980s and early '90s, spurred by rising inflation rates and economic instability, generating high rates of unemployment. The work is based on the understanding that the scenario of informality is harmful for both those who work in and for the state, which ceases to raise taxes. It is believed then that before implementing any policy whose purpose is to solve the issue, it is essential that there is, on the part of public officials information about workers who make up the industry and what its prospects. Thus, it is possible to develop programs capable of solving the problem more effectively. To this were applied questionnaires with professionals to identify the profile of the same.

**Keywords:** Peddlers, Socioeconomics Profile, Cuiabá.

## 1. INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1940 e 1980, o mercado de trabalho no Brasil estruturou-se através da ampliação dos empregos assalariados, principalmente dos assalariados com carteira assinada, após a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no governo do então presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Lei nº 5.452 em 1º de maio de 1943. Segundo Kraychete (2000), para cada 10 postos de trabalho abertos naquele período, 8 eram assalariados

<sup>1</sup> Trabalho selecionado durante o Encontro Mato-grossense de Economia – ECONOMAT - 2013

<sup>2</sup> Aluna mestranda do Programa de Agronegócio e Desenvolvimento Regional da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/2013.

<sup>3</sup> Aluno mestrando do Programa de Agronegócio e Desenvolvimento Regional da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/2013.

<sup>4</sup> Aluno mestrando do Programa de Agronegócio e Desenvolvimento Regional da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/2013.

(sendo 7 com registro e 1 sem registro) e 2 não assalariados. O emprego assalariado aumentou a sua participação na PEA de 42%, em 1940, para 62,8%, em 1980.

No entanto, em função dos diversos problemas econômicos, entre eles o inflacionário, pelo qual o país passava na década de 1980 e o início dos anos 90 trouxeram um aumento do desemprego, colaborando para a elevação de pessoas que buscavam modos informais de subsistir. Segundo Pochmann (2001), durante a década de 1980 o país se encontrava com um cenário propício para o desenvolvimento de uma economia informal e clandestina baseada em importação de produtos.

Nos anos 1990, segundo dados do IBGE (1991), todas as regiões brasileiras apresentaram taxas de desemprego que são, no mínimo, o dobro das verificadas no final da década de 1980, observando-se um forte aumento das atividades por conta própria. Neste período, cada 10 ocupações geradas, apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco informais e três de ocupações sem remuneração.

Proveniente do francês *Camelot* (que significa vendedor de produtos de pouco valor), o Camelô no Brasil também é conhecido como comerciante informal ou vendedor ambulante, sendo este último a definição dada pela legislação brasileira que abrange tanto vendedores fixos ou em movimento.

No Brasil, tais comerciantes são tidos como vendedores informais e em alguns aspectos ilegais por comercializarem produtos contrabandeados ou pirateados. Por vezes os mesmos fazem mau uso do espaço público, ocupam calçadas e praças de modo não planejado, omitem-se do pagamento de impostos sobre a importação e comercialização de seus produtos e em alguns casos chegam a utilizar água e energia elétrica sem a fiscalização do governo ou das empresas fornecedoras.

Por esse motivo, muitas cidades já possuem locais específicos para que estes trabalhadores se estabeleçam e comercializem seus produtos. Tais locais são chamados de “Shoppings Populares”.

Conforme a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL, 2012) em Cuiabá, até meados de 2012 era possível ver diversos camelôs nas principais praças e avenidas do centro da cidade, fato que muitas vezes atrapalhavam o trânsito de veículos e pessoas. De acordo com o promotor Jerson:

“Embora o município tenha se comprometido no mês de junho de 2012 a promover a desocupação da praça pelos camelôs no prazo de 120 dias, até o momento a obrigação não foi cumprida. Além disso, a execução das obras no bairro Porto para acomodação dos ambulantes deveria ter sido concluída no dia 1º de outubro. É público e notório que vários locais de uso comum do povo estão sendo utilizados por camelôs e ambulantes sem qualquer tipo de autorização. E mesmo nas três praças, em que se acordou a presença

de ambulantes, outros, sem autorização, estão exercendo atividade, afirmou” (CDL, 2012).

Além disso, a multiplicação dos trabalhadores informais na região central ao longo dos anos incomodava também os lojistas formais, que buscaram através de insistentes reclamações junto a CDL uma solução para a retirada destes profissionais das ruas da cidade<sup>5</sup>. Tal reclamação por parte dos comerciantes formais se fundava no fato de que, além de concorrerem injustamente, via produtos mais baratos, os camelôs ocupavam a frente das lojas atrapalhando as vendas dos lojistas e dando um ar de insegurança para os clientes.

Conforme Misael Oliveira Galvão, presidente da Associação dos Camelôs do Shopping Popular, em razão destes transtornos em 21 de abril de 1995 foi criado o primeiro Shopping Popular de Cuiabá construído pela Prefeitura Municipal no espaço anexo da Associação de Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT) no bairro do Porto. Este espaço, conforme o Presidente<sup>6</sup>, possui capacidade para cerca de 393 lojistas. Posteriormente foram construídos os seguintes espaços:

- a) Rua Barão de Melgaço esquina com a Rua João Dias;
- b) Rua 13 de junho;
- c) Rua Antônio João.

Ao buscar estudos específicos para Cuiabá, capital do estado de Mato grosso, verificou-se a total ausência de análises cujo foco seja a compreensão da dinâmica e perfil dos trabalhadores do comércio informal na cidade.

Pochmann (2001) destaca que hoje, sem que análises contundentes sobre o tema sejam realizadas, entendendo mais intimamente como se constitui essa atividade, não é possível continuar dizendo que os camelôs constituem "um problema social de difícil solução", como se ouve comumente.

Assegurar condições de trabalho “decentes” é componente fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, o combate à pobreza e a redução das desigualdades. Conforme definição da Organização Internacional do trabalho – OIT, “trabalho decente é um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho” (ABRAMO, 2004).

O cenário da informalidade é prejudicial tanto para aqueles que nele trabalham quanto para o Estado, que deixa de arrecadar impostos. Acredita-se também que mais ineficiente que a ausência de arrecadação é a incapacidade de colher informações de modo consistente e confiável, impossibilitando

---

<sup>5</sup> Conforme entrevista acessada no portal da CDL em 28 de agosto de 2013 onde detalha a solicitação da CDL à Prefeitura Municipal de Cuiabá para a retirada dos camelôs do centro da cidade. Mais detalhes nas referências.

<sup>6</sup> Entrevista concedida ao portal Hiper Notícias em 06 de janeiro de 2012.

análises mais profundas sobre a economia submersa e seus trabalhadores.

Antes da elaboração de qualquer política cuja finalidade seja resolver a questão, é fundamental que exista, por parte dos gestores públicos informações sobre os trabalhadores que constituem o setor e quais suas perspectivas. Nesse contexto, é fundamental conhecer qual o perfil dos trabalhadores da economia informal de Cuiabá, de modo que a ação política possa voltar-se para esta questão com maior efetividade.

Assim, o presente estudo busca traçar o perfil sócio econômico destes profissionais a fim de compreender as principais características dos mesmos. Também se espera que o trabalho possa servir de base de dados para análises futuras. O problema a ser tratado na pesquisa é: quais são as características dos trabalhadores informais (camelôs) da região central da cidade de Cuiabá?

Para isso, foram aplicados questionários com perguntas que buscassem identificar algumas das características básicas destes trabalhadores, como a raça, o sexo, o estado civil, o número de filhos, dentre outras. Também se incluíram questionamentos a respeito da satisfação do trabalhador com a atividade exercida.

Destacamos que, embora partisse da população de trabalhadores entrevistados não possua vinculação com atividades ilícitas à luz do código penal (exemplo da prostituição, das loterias clandestinas e da distribuição de drogas), alguns dos informais relacionados no estudo violam a lei de Direitos autorais e Proteção da propriedade intelectual (Lei 9,610 de 19 de fevereiro de 1998).

Desse modo, o trabalho é estruturado da seguinte forma: contextualização e justificativa para a realização do mesmo; referencial teórico, realizado com o intuito de esclarecer, com base na literatura existente, alguns conceitos fundamentais para o bom entendimento no trabalho; metodologia para a realização da pesquisa e, por fim, a análise dos resultados.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A presente seção subdivide-se em duas partes. A primeira conceitua o termo economia informal para seguidamente esclarecer ao leitor quais características determinam o enquadramento de determinado trabalhador dentro da mesma. A segunda busca na literatura existente entender a dinâmica do setor e os fatores que colaboram para sua existência e manutenção.

### **2.1. Economia e trabalhador informal: conceito.**

Muitas são as definições dadas ao termo economia informais, sendo que praticamente todas chegam às mesmas conclusões. Smith (1994) define economia informal como “a produção ou comercialização de bens e serviços que escapam da detecção das estimativas oficiais do produto interno bruto”.

Schneider e Ensten (2000) tratam do termo como toda atividade que geralmente seria tributada se fosse reportada as autoridades tributárias. Noronha (2006) define como trabalhador informal aquele empregado que não possui carteira de trabalho assinada.

No entanto, parece-nos adequado conceituar o setor tal como o fazem Bugarin (2003), para os quais o setor informal é aquele composto por atividades econômicas que são desenvolvidas fora da esfera regulatória (tributária, trabalhista, etc.) do Estado. Os autores ressaltam ainda o uso de um termo mais adequado para denotar as atividades econômicas informais, sendo esta economia submersa ou subterrânea.

Cacciamali (1994) mostra que o espaço econômico informal pode ser detectado por um conjunto de aspectos e características específicas, apresentados a seguir:

- a) O produtor direto é possuidor dos instrumentos, do estoque de bens e das qualificações para o desenvolvimento do trabalho e/ou atividade, portanto a divisão não se encontra completamente delimitada. Em vista disso, o trabalhador informal participa na produção simultaneamente sob as formas de patrão e de empregado;
- b) O produtor direto normalmente emprega familiar ou ajudante como extensão de seu próprio trabalho, atuando tanto na produção (ou venda) como na gestão do negócio;
- c) Nessa forma de produzir, não existem relações impessoais e meramente de mercado entre os participantes — produtor direto, familiares e ajudantes;
- d) A receita gerada pela atividade informal é determinada pelas condições específicas do mercado de bens e serviços em que ela se insere e não pelo mercado de trabalho;
- e) Por outro lado, a renda auferida pelos demais participantes associados ao produtor-trabalhador é triplamente condicionada pelo mercado específico da atividade; pela renda e decisões de partição e de remuneração do titular da atividade. Isso implica que, em condições de excesso de oferta de trabalho, muitas vezes os membros da família não sejam remunerados explicitamente e que os ajudantes recebam remunerações abaixo daquelas pagas pelas empresas formais;

A composição e o nível de emprego nas atividades subterrâneas são uma resposta à configuração e à dinâmica de um processo maior, que deixa espaços produtivos em aberto, passíveis de serem explorados por meio de uma organização que requeira micro ou pequena escala de produção e do uso intensivo de trabalho.

Ainda para Cacciamali (1994, p. 219), “o trabalhador informal dirige e mantém sua atividade muito mais em virtude do emprego e do fluxo de renda

gerados do que na busca de uma taxa de rentabilidade competitiva”, ou seja, em muitos casos não há uma preparação ou um espírito empreendedor que motive este trabalhador/produtor a ser competitivo no mercado, mas apenas o giro rápido de capital. Alguns autores não dividem dessa mesma opinião, como é o caso de Machado (2008).

A autora afirma que os movimentos de expansão ou de retração das atividades informais dependem de, pelo menos, quatro grandes elementos: a) dos movimentos e da concorrência que lhes são impostos pelas empresas capitalistas; b) dos perfis de renda e de demanda que essas empresas geram; c) dos movimentos da força de trabalho impressos por estes últimos processos e d) da intensidade das políticas econômicas públicas dirigidas para o suporte econômico, tecnológico, financeiro, etc. e do ritmo de expansão de firmas capitalistas.

Para ela, observa-se, adicionalmente, que, em localidades onde o setor industrial é significativo, as atividades informais tendem a se concentrar no Setor Terciário e de prestação de serviços, nos quais as barreiras à entrada e de escala de produção são menores, e a flexibilidade na produção ou na contratação de mão de obra é maior.

Tiriba (2003) ressalta uma inconveniente verdade. A autora afirma que apesar do discurso das autoridades públicas quanto à necessidade de legalização dos trabalhadores que exercem atividades informais, sabemos que as atividades da economia submersa servem como um instrumento para escoar as mercadorias produzidas não apenas em empresas informalmente estabelecidas, mas também daquelas formais.

Por fim, Cacciamali (1994) ressalta que não há argumentos teóricos ou evidências empíricas que sustentem a ideia de que o setor informal apresente como característica obrigatória à produção de mercadorias ou de serviços de baixa qualidade, ou que este tem por objetivo preencher as necessidades dos extratos mais pobres da população. A autora conclui afirmando que atividades informais caracterizam-se pelo alto grau de heterogeneidade e compreendem um leque variado de empreendedores, que vão desde trabalhadores ocasionais, temporários, biscateiros e ajudantes em geral, como à pequena burguesia ou empresários tipicamente capitalistas.

Nesses termos, há conjuntos de trabalhadores informais que auferem rendimentos do trabalho maiores do que se tivessem optado ou ingressado num emprego numa firma capitalista formal e que, portanto, possuem um alto custo de oportunidade em abandonar uma atividade informal.

## **2.2. Fatores determinantes para existência do setor**

Segundo Ribeiro e Bugarin (2003), dentre os principais fatores econômicos que causam o aumento da economia submersa, poder-se-ia mencionar o crescimento da carga tributária (impostos, taxas, contribuições sociais, etc.), o aumento da regulação na economia oficial, especialmente do

mercado de trabalho, e o desemprego.

Os autores destacam a existência de estudos que mostram que, em países considerados de alta renda, possuidores de uma carga tributária relativamente baixa, poucas leis e regulamentações e um índice menor de suborno, a economia submersa é menor. Já em países que combinam alta carga tributária com uma autoridade de lei considerada fraca (instituições fracas) e uma alta incidência de suborno, a economia submersa é mais expressiva. Isso mostra que fatores de natureza sociológica e psicológica, como o declínio da percepção de justiça e lealdade para com as instituições pública, atuam complementarmente com os fatores econômicos no crescimento da economia submersa.

Carneiro (1997) confirma a afirmação acima ao mostrar que no Brasil, o protecionismo, a burocracia e o pesado sistema tributário ineficiente atuam como fatores de incentivo a entrada de trabalhadores no mercado informal.

No que tange aos efeitos da economia submersa sobre a economia formal temos opiniões que se opõem. Adam et al (1985) detectaram uma correlação positiva entre o crescimento da economia submersa e oficial. Os autores justificam tal fato dizendo que nos países em desenvolvimento, a economia submersa pode apresentar um padrão de evolução pró-cíclica, pois um aumento do produto e da renda pode permitir que uma parcela mais pobre da população descobrisse maneiras de produzir bem e serviços capazes de gerar renda.

Contudo esta afirmação pode não ser verdadeira em sua totalidade, visto que a economia informal não está relacionada exclusivamente a pessoas de baixa renda, sendo muitas vezes composta por agentes com poder aquisitivo significativo.

Para Asea (1996) a economia submersa pode levar a uma maior competitividade, imprimindo maior eficiência dinamismo e espírito empresarial a economia.

Outra linha defende que um aumento da economia submersa leva a uma redução na receita tributária, e conseqüentemente a uma menor qualidade e quantidade de bens e serviços públicos colocados a disposição da sociedade (visto a importância da estrutura pública para o crescimento econômico).

Mesmo que o trabalho informal seja fruto da maneira desigual com que o capitalismo se expande, não podemos negar que ele também tem sua origem na própria ética capitalista. “O desemprego não constitui o único fator explicativo para o fenômeno da informalidade. O trabalho informal é resultado tanto das condições materiais produtoras de desigualdade, como da subjetividade dos indivíduos, motivados por um espírito empreendedor” (MACHADO, 2008, p. 120).

### 3. METODOLOGIA

O presente trabalho fez uso da aplicação de questionários proprietários de pontos de venda de produtos diversos nos shopping populares do Centro e do Porto (região central) do município de Cuiabá, a fim de traçar o perfil sócio econômico desses comerciantes.

A pesquisa teve seu foco no empreendedor (proprietário), buscando responder questões como: percepção da presença de ajuda governamental; possibilidade de ajuda governamental; principal produto comercializado; raça; sexo; estado civil; quantidade de filhos; se possui casa própria; principal dificuldade que possui no momento para seu comércio; satisfação quanto ao ambiente de trabalho; rendimento médio mensal; atividade exercida anteriormente; quantidade de funcionários; quantidade de lojas; média de horas trabalhadas por dia (tanto proprietário quanto funcionário).

O trabalho contou com 71 comerciantes proprietários de 128 lojas escolhidos de forma aleatória em 2013 no local delimitado, na qual não foi possível obter um registro de quantos comerciantes proprietários existiram no local da pesquisa, sendo que os dados foram analisados por estatística descritiva.

### 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Segundo os comerciantes entrevistados para manter seu espaço de venda dentro do shopping popular os mesmos pagam uma taxa mensal no valor de R\$ 400,00 no centro e os trabalhadores da região do porto ainda não foi estabelecida a taxa por ser um local novo.

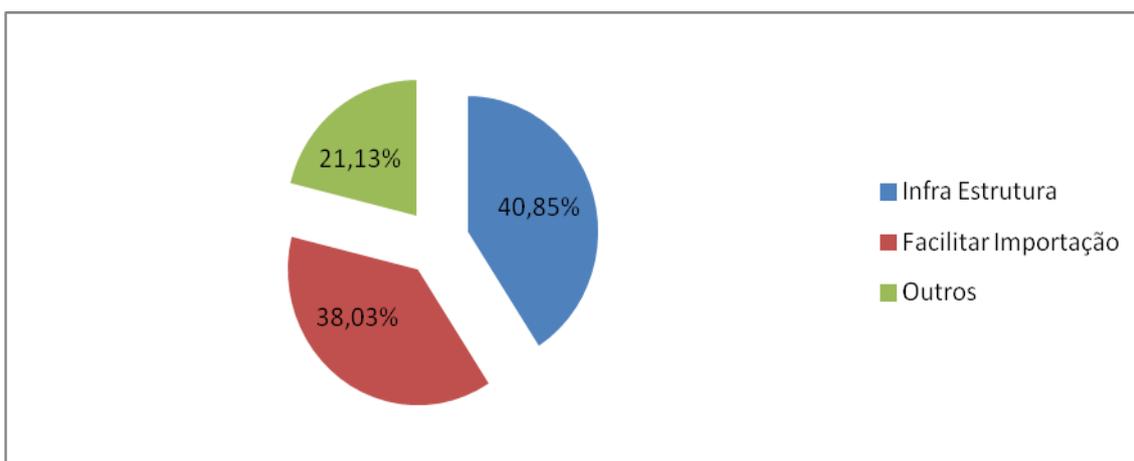


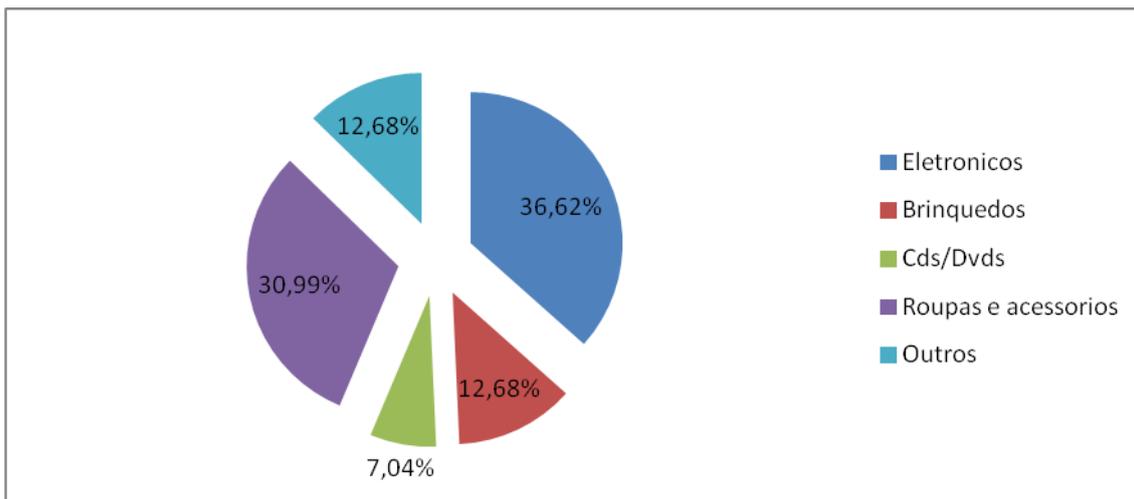
Figura 1 – Áreas onde o auxílio governamental é mais desejado, de acordo com os entrevistados da pesquisa realizada em 2013

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)



Dentre os entrevistados, destacou-se a falta de percepção do apoio governamental a sua atividade econômica, na qual apenas 22% recordam-se de ter recebido alguma espécie auxílio por parte do governo, sendo que 40% da amostra acreditam que os mesmos poderiam receber seria a melhora da infraestrutura do shopping, enquanto 38% responderam que o governo poderia auxiliá-los na importação de seus produtos conforme o demonstrado pela figura a seguir:

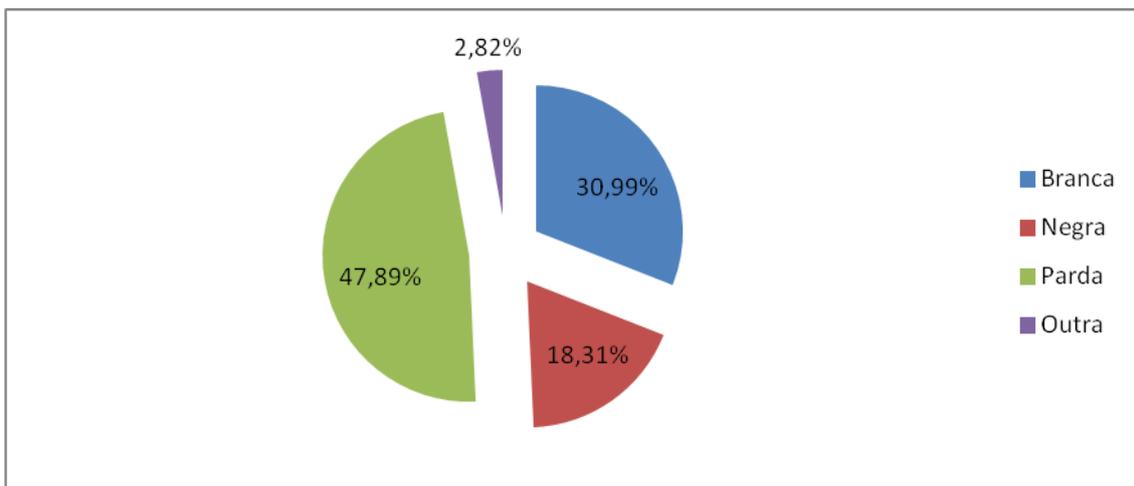
Os principais produtos comercializados são eletrônicos (36%) e roupas (30%) o que era esperado, vista a não perecibilidade dos produtos e a maior utilidade na vida das pessoas. Tais dados são designados na figura 2.



**Figura 2 – Principais produtos comercializados pelos comerciantes do Shopping Popular de Cuiabá conforme pesquisa realizada em 2013**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)

No que tange à raça, foi mantida metodologia de análise similar à utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na realização do Censo Demográfico, onde o próprio entrevistado intitula-se. Desse modo, foi constatada a predominância de proprietários da raça parda e branca, como verificado a figura 3.

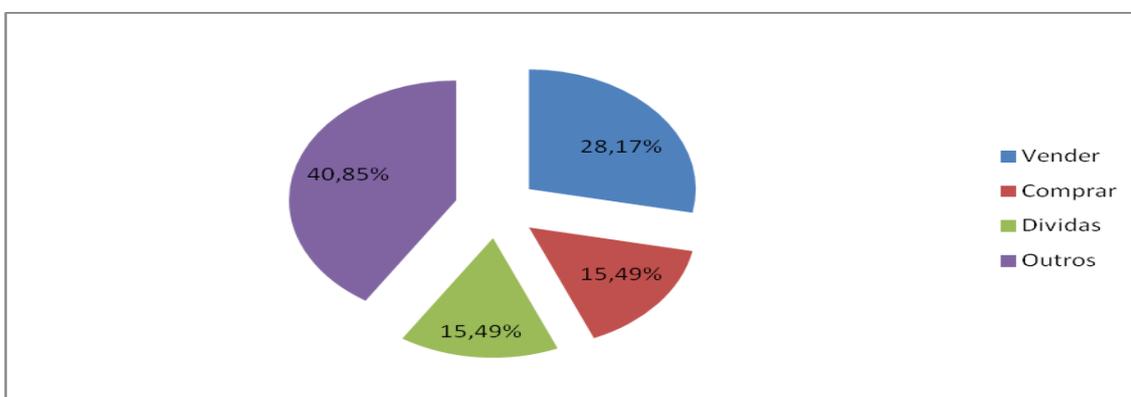


**Figura 3 – Proporção da raça dos comerciantes do Shopping Popular de Cuiabá conforme pesquisa realizada em 2013**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)

Em relação ao sexo, estado civil, números de filhos e residência identificou-se que a maioria dos proprietários pertence ao sexo masculino (63%), sendo que estes são predominantemente casados (73%), possuindo de 2 a 3 filhos (38%) e residentes em casa própria (69%).

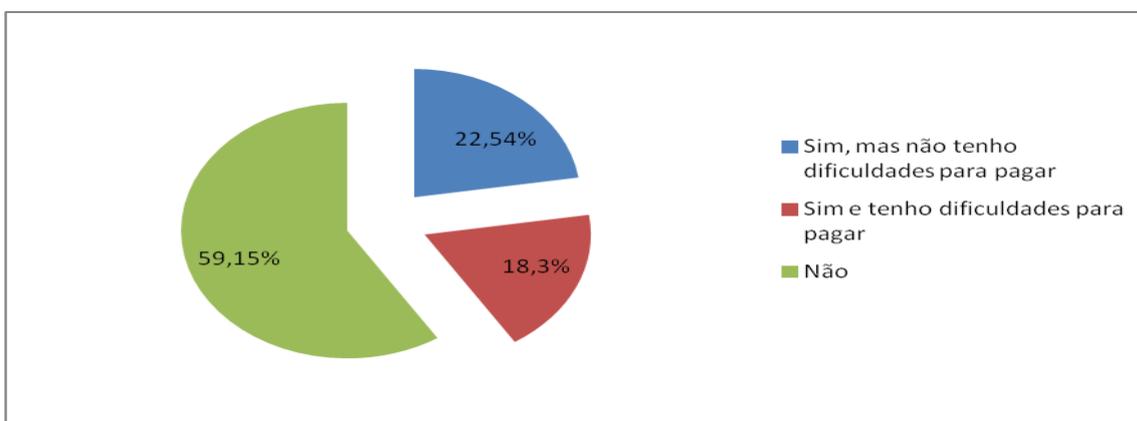
Quando questionados a respeito da principal dificuldade que possuem no momento para o bom exercício de sua atividade comercial, 28% dos entrevistados responderam que vender vista a grande concorrência constitui hoje seu maior problema. Como a maioria dos comerciantes trabalha no segmento de eletrônicos ou vestuários, é natural haver uma grande quantidade de lojas com produtos semelhantes do mesmo ramo. Outros 18% acusaram as dívidas e 14% responderam que comprar é a maior dificuldade apresentada, como pode ser observado na figura 4.



**Figura 4 – Principais dificuldades encontradas pelos comerciantes do Shopping Popular de Cuiabá conforme pesquisa realizada em 2013**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)

As dívidas não se constituem em problema para a maioria dos entrevistados, visto que 59% destes declararam não possuir dificuldades financeiras ou não estar endividado no momento. Cerca de 77% dos comerciantes não possui dificuldades para pagar suas dívidas.

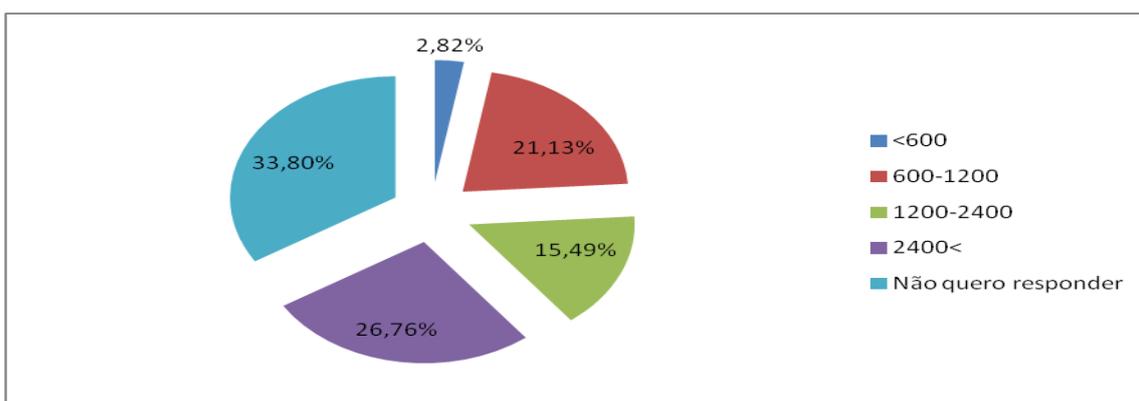


**Figura 5 – Proporção das dívidas dos comerciantes do Shopping Popular de Cuiabá conforme pesquisa realizada em 2013**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)

A grande maioria dos trabalhadores (97%), embora atuem na informalidade, encontram-se satisfeitos com seu local de trabalho, assim como 91% destes gostam da função exercida.

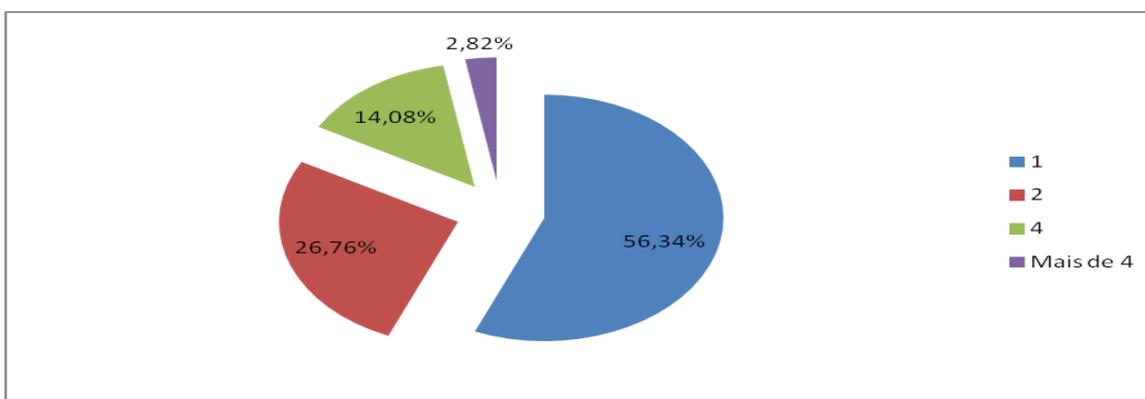
No que tange os rendimentos mensais, significativa parcela optou por não responder (33%) a pergunta. Dentre aqueles que a responderam, 27% possuem rendimentos mensais acima de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), sendo que apenas 3% ganham abaixo de 600 reais, conforme a figura 6.



**Figura 6 – Proporção da faixa de renda dos comerciantes do Shopping Popular de Cuiabá conforme pesquisa realizada em 2013**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)

A grande maioria (75%) dos entrevistados já atuava na economia submersa antes da existência do shopping popular. Verificou-se também que cerca de 93% dos entrevistados gostariam de sair da informalidade, comprando e vendendo seus produtos com direito e emitir nota fiscal. Contudo, estes declaram não possuir hoje condições financeiras de arcar com os custos que a legalização da atividade traria. Grande parte dos proprietários possui ao menos 1 funcionário (77%) sendo que 39% possuem de 4 a 5 funcionários. Em relação ao número de bancas, 83% possui 1 ou 2 bancas.



**Figura 7 – Proporção de estabelecimentos por proprietário no Shopping Popular de Cuiabá conforme pesquisa realizada em 2013**

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada a campo (2013)

Em relação às horas trabalhadas os proprietários em média disseram que trabalham 10,68 horas por dia e que seus funcionários trabalham em média 6,71 horas, porém aqui há de se considerar uma possível falha na pesquisa, pois nenhum dos entrevistados possui algum empregado trabalhando mais de 8 horas por dia.

No que diz respeito às bancas, não foi realizada contagem da quantidade de lojas abertas e fechadas, mas pode-se perceber que a banca do shopping popular do centro encontrava-se em sua maioria abertas no horário comercial. Já as bancas do shopping popular do porto, estavam fechadas, indicando também um baixo movimento de clientes nessa região.

Identificou-se a predominância de trabalhadores do sexo masculino, de raça parda, casados, com 1 a 3 filhos e casa própria. Estes atuam principalmente no ramo de um comércio de eletrônicos. O fato de estarem casados, com casa própria, satisfeitos com o próprio trabalho e com filhos indica que há uma expectativa de estabilidade em relação ao seu comércio.

Porém por se tratarem de informações específicas sobre seu comércio é natural que o comerciante desconfie da pesquisa e busque proteger sua atividade econômica, sendo assim, a pesquisa não descarta a possibilidade de informações propositalmente distorcidas que não condizem com a realidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificou-se ao longo da pesquisa que muitos camelôs anseiam por uma regulamentação de suas atividades junto aos órgãos públicos competentes. Tal desejo se funda na vontade dos mesmos em gozar dos privilégios que os pequenos e microempresário possuem como empréstimos junto aos bancos para financiamentos e investimentos, carteira assinada para seus empregados, credibilidade perante a sociedade com a emissão de Nota Fiscal para seus produtos e a legalização das suas importações junto aos países vizinhos.

Porém, também existem aqueles que acreditam que a regulamentação de suas atividades iria prejudicar suas vendas, encarecendo o produto e tornando seus lucros mais reduzidos o que tiraria o diferencial entre seus produtos e os produtos das grandes lojas. Tal ocorrência chegaria ao ponto de excluir os camelôs menos estruturados, causando assim um problema social com o desemprego de alguns “profissionais” que já estão fora do mercado de trabalho há algum tempo.

Houve surpresa em relação à renda, pois se esperava que rendimentos de superiores a R\$ 2400,00 mensais seriam exceções. Além disso, estes possuem vida financeira estável, sem dificuldades para arcar com seus compromissos.

Com um rendimento bem acima de um salário mínimo e com as demais características citadas acima, confirma-se parcialmente a teoria apresentada por Cacciamali (1994), que afirmava que, em muitos casos, trabalhadores informais auferem rendimentos do trabalho maiores do que se tivessem optado ou ingressado num emprego numa firma capitalista formal, e estes possuem

um alto custo de oportunidade em abandonar sua atividade, porém aqui não se considera o fator escolaridade, logo a comparação entre sua atividade e o ingresso em um emprego numa firma capitalista não leva em consideração o fato de o empreendedor possuir um alto nível educacional formal.

Por fim, os trabalhadores informais, na maioria dos casos, estavam trabalhando nas ruas, sentem-se satisfeitos com a oportunidade de permanecerem fixos, visto que, de certo modo, os mesmos possuem nos shoppings populares segurança e estabilidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e sua implicação para a formulação de uma política de emprego**. SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS GERAIS DE EMPREGO. NECESSIDADES, OPÇÕES, PRIORIDADES. Brasília: OIT, dez. 2004.

ASEA, P. K. **The informal sector: baby or bath water?** Carnegie-Rochester Conf. Series Public Policy 45, 163-171, 1996.

BUGARIN, M. N. S. **Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), 33(3), 435-466, 2003.

CACCIAMALI, M. C. **A economia informal 20 anos depois**. Indicadores Econômicos FEE 21.4 (1994): 217-232.

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cuiabá – CDL. **Dados sobre os comerciantes de Cuiabá na gestão de 2013**. Disponível em: <<http://www.cdlcuiaba.com.br/index.php?pg=noticias&cod=2032&tipo=1>>. Acessado em 28 de agosto de 2013.

CARNEIRO, F.G. **The changing informal labour market in Brazil: cyclicity versus excessive intervention**. Review of labour economics and industrial relations. V. 11, n. 01, p. 01-22, 1997.

Hipernotícias. **Entrevista do promotor de justiça Jerson concedida ao portal em novembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.hipernoticias.com.br/TNX/conteudo.php?sid=173&cid=8620>>. Acessado em 28 de agosto de 2013.

IBGE. **Série estatística sobre desemprego e emprego informal**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=2&vcodigo=FDT10&t=taxa-desemprego-aberto-pessoas-15-anos>>. Acessado em 28 de agosto de 2013.

KRAYCHETE, G., Lara, F., & Costa, B. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. CAPINA, 2000.

LEONE, E. T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. ILO, 2010.

MACHADO, R. P. **China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia**

**informal**. Revista brasileira de ciências sociais 23.67 (2008): 117-133.

NORONHA, E. **Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

Planalto Central. **Lei dos comerciantes informais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acessado em 06 de Julho de 2013.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Bom tempo Editorial, 2001.

Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Dados municipais coletados em 2013**. Disponível em: <[www.cuiaba.mt.gov.br](http://www.cuiaba.mt.gov.br)>. Acessado em 06 de Julho de 2013.

SCHENEIDER, F.; ENSTE, D. H. **Shadow economies: size, causes and consequences**. Journal of economic Literature, 2000.

SMITH, P. **Assessing the size of the underground economy: the Canadian statistical perspectives**. Canadian Economic, 1994.

TIRIBA, L. **O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal**. Revista, 38-4, 2003.